

Ética e segurança de dados biológicos – Jamboree Igem Brasil, UFMG.

Agradeço muito o convite para compor essa mesa, ao André, Yala e Ricardo pela recepção. Agradeço também ao Érico, antropólogo das máquinas, por me ajudar na pesquisa que irei apresentar a seguir. Fiquei muito feliz com o convite, pois estar aqui hoje para discutir ética e segurança de dados genéticos me fez encarar de frente questões que havia propositalmente deixado de lado durante minha pesquisa de mestrado, mas que se tornaram cada vez mais urgentes.

Antes de começar, gostaria de propor um exercício/experimento aqui. Vou pedir para vocês olharem para esse quadro durante 30 segundos, e pensarem em palavras chaves sobre o que sentiram ou pensaram vendo ele.

Bom, antes de falar sobre essa pintura, acho importante dizer que estou aqui em uma missão diplomática para tentar refazer uma aliança antiga, e espero que com novos objetivos. Entendo muito pouco de engenharia genética ou biologia sintética, e o que trago aqui vem dos meus estudos em ciencias sociais e antropologia. Hoje essas áreas do conhecimento parecem muito distantes, e de fato estão, mas antropologia e a genética já foram como primas-irmãs, trabalhando tão juntas que as vezes se confundiam, e o mais importante, originadas do mesmo esforço: a empreitada político-científica em criar uma base sólida que serviu de justificativa para as violentas ações coloniais.

Se essa aliança entre genética e antropologia parece algo muito distante, estou aqui hoje para tentar demonstrar que os frutos desta parceria estão fortemente enraizados em nossa sociedade, seja no senso comum, seja no modo como produzimos ciência. Acredito que entre todos nós hoje aqui haja um sentimento compartilhado de preocupação com nosso futuro, o futuro da democracia, da ciência, no Brasil e no mundo. Acho que a sensação de que fomos jogadas e jogados num buraco enorme é compartilhada. Por isso alianças são possíveis e necessárias, pois só juntos vamos conseguir pensar em um jeito de nos levantar. Irei contar um pouco da história de como que a prática científica foi introduzida no Brasil, e como homens do Estado, das Ciências e da Lei uniram forças para impor um projeto autoritário de nação, fundando três grandes mitos sobre o que seria o

povo brasileiro. Com isso, gostaria de trazer conceitos como raça, cor, etnia para pensarmos como política e ciência são campos inseparáveis, e como pensar ética e segurança é pensar uma postura política ativa, mesmo quando aparentemente não tomamos partido nenhum. Peço para que enquanto eu fale aqui, vocês tentem observar os rastros dessas histórias no modo de pensar e agir que tomou conta do poder nos últimos tempos.

Voltando à pintura. Este quadro se chama A Redenção de Cam, é uma pintura à óleo artista espanhol Modesto Brocos em 1895 quando ele lecionava na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Em 1911, João Batista de Lacerda, médico, cientista e então diretor do Museu Nacional, incorporou esta pintura na comunicação que apresentou ao I Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911. Vamos tentar ver o porquê disso.

O que vocês enxergam nesse quadro?

(....)

O nome do quadro também é muito relevante. A redenção de Cam propõe, por seu nome, a inversão de um episódio bíblico. Numa passagem do Genesis, Cam expõe a nudez de seu pai, Noé, aos irmãos Sem e Iafet e, por isso, é condenado pelo patriarca, juntamente com seu filho Canaã, a ser escravo daqueles últimos. Entre o final da Idade Média e o início da era moderna, num momento de expansão da Cristandade ocidental rumo à África, à Ásia e, posteriormente, às Américas, a passagem sofre uma modificação e passa a ser utilizada como justificativa para a escravidão dos africanos, vista como "natural" pelos europeus. O mecanismo que permite tal modificação estrutural é que a pele de Cam (e seus descendentes) se torna, nessas interpretações, negra. Ao mesmo tempo, Sem passa a ser associado à Ásia e Iafet é descrito como branco. A cor da pele passa a atuar como marcador e assim associa tonalidades a hierarquias históricas e políticas.

Esta tela propõe um caminho para reverter a maldição de Cam, e por isso, foi escolhida por um renomado cientista para ilustrar um importante discurso para a comunidade internacional. E esse caminho é o de embranquecimento do povo brasileiro. Proponho que nos aprofundemos um pouco

na história da ciência no Brasil para tentar entender como foi possível que um médico e cientista brasileiro defendesse a tese do branqueamento como verdade científica e ação política junto à comunidade internacional. Como base para essa discussão, irei trazer agora as palavras da antropóloga e historiadora Lilia K. M. Schwarcz, em especial o trabalho que ela desenvolve no livro “o espetáculo das raças”. Lilia faz uma análise da história da ciência nacional, contando como foram criadas as primeiras instituições científicas brasileiras, mas é muito corajosa pois elenca uma série de evidências e coloca como central o lugar do racismo e da eugenia no desenvolvimento científico brasileiro.

Antes da chegada da família real no Brasil em 1807 não havia nenhuma instituição científica no Brasil. Nenhum centro de pesquisa, nenhum museu, nenhuma faculdade, nada. Foi só com a fuga aristocrática para estas terras que foi fundada em 1808 a Escola de Cirurgia da Bahia, com o intuito de formar mão-de-obra capaz de dar assistência médica à realeza. Um marco zero na ciência nacional que nos diz muito sobre o caráter elitista da produção e uso do saber no Brasil. Dez anos depois, em 1818, é fundado o Museu Nacional, com o objetivo de acomodar as aspirações intelectuais da realeza portuguesa. Com o processo de independência do Brasil, em 1822, novas demandas surgem, para as quais novas instituições científicas foram criadas: era urgente criar uma justificativa para cultivar o sentimento do Brasil enquanto nação. Lembrando que aqui, diferente da grande maioria dos outros países das Américas, a independência não se deu por meios revolucionários, mas por acordos tácitos. Em 1827 foram criadas as primeiras faculdades de direito do Brasil, em Olinda e em São Paulo, como meta a elaboração de um código único e desvinculado da tutela colonial, bem como a formação de uma elite intelectual nacional mais autônoma. Em 1839, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, com o objetivo de construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.

Dada as condições extremamente precárias que essas instituições científicas enfrentaram, seja de infra-estrutura, seja de capital humano, as pesquisas só começaram a ganhar corpo a partir

dos anos 40 do século 19. Em 1844, um evento científico marca esse amadurecimento da ciência brasileira: um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que premiaria o melhor projeto sobre “Como escrever a história do Brasil”. O prêmio coube a Karl Friedrich Philipp von Martius, naturalista alemão e sócio correspondente do instituto, que centrou a história no Brasil em uma espécie de fórmula para entender o que seria esse país, e esta fórmula era estritamente racializada. Von Martius falava em três rios, um Rio Branco, responsável pelo papel civilizador, um Rio Amarelo, indígena, que precisada de ajuda para restituir sua dignidade e se tornar humanos civilizados como nós, e um Rio Negro, entendido como fator de impedimento ao progresso da nação. Para o autor da tese que deu origem à história oficial brasileira, o desenvolvimento do país estava atrelado com o aperfeiçoamento destes três rios, e por aperfeiçoamento, o cientista entendia: manutenção dos brancos, integração dos indígenas e desaparecimento dos negros, deixando na premiada tese largos espaços para a detração destes últimos, afirmando, por exemplo, que “Não ha duvida que o Brasil teria tido uma evolução muito diferente sem a introdução dos miseráveis escravos negros”.

Lilia demarca o período de 100 anos entre 1840 e 1940 como o século que por um lado viu a validação paulatina do discurso científico no brasil, e por outro a construção de três grandes mitos: o primeiro diz respeito a esta fábula criada por Von Martius; o segundo mito o da possibilidade de branqueamento da população brasileira; e o terceiro mito o da nossa democracia racial. É importante frisar que estas idéias foram construídas a partir de fortes aportes científicos e utilizadas pelo Estado para a implantação de políticas públicas, ou seja, tais idéias que hoje preenchem nosso imaginário, parecendo que sempre foram assim, eram muito estranhas para nossos antepassados e circulavam apenas entre a elite política e intelectual brasileira, muito afastada do pensamento popular, que só ao longo de um século foi absorvendo tais teorias.

Antes de olhar brevemente para cada um desses mitos, gostaria de colocar aqui um pouco da realidade que estes cientistas brasileiros enfrentavam na época. Como cientistas, eles estavam atrelados às discussões científicas globais e tendo que lidar com elas a nível nacional. Não poderei

adentrar aqui muito neste assunto, mas gostaria de ressaltar o papel central de teorias como o evolucionismo cultural, darwinismo social e a eugenia como temas científicos legítimos durante o século 19. É neste período que a noção de raça é introduzida por Georges Cuvier, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos, ou seja, até então não se pensava diferenças nesses termos, mas sim mais próximos à noção de cor, como dito no caso da transformação da história de Cam. No Norte global, evolucionismo cultural e darwinismo social eram duas teorias opostas, ambas com conteúdo extremamente racistas que aceitavam como consenso a inferioridade natural dos africanos e asiáticos e a superioridade civilizatória do branco europeu. A disputa estava entre monogenistas, evolucionistas culturais, que acreditavam que todos os seres humanos haviam surgido de um único ancestral em comum, e que a raça ariana teria se desenvolvido mais do que as outras no mundo, que estavam em processo de evolução – para eles, olhar para os africanos era observar no presente o que foi o passado dos europeus. Já os darwinistas sociais eram poligenicos, ou seja, não acreditavam em um aparecimento único dos seres humanos, mas sim que cada raça carregava através da hereditariedade componentes únicos, e dada a seleção natural invariavelmente os negros desapareceriam, devido à sua tendência natural à degeneração.

O termo “eugenia” — eu: boa; genus: geração — foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton. Galton, na época conhecido por seu trabalho como naturalista e como geógrafo especializado em estatística, escreveu seu primeiro ensaio na área da hereditariedade humana em 1865, após ter lido *A origem das espécies*. Em 1869 era publicado *Hereditary genius*, até hoje considerado o texto fundador da eugenia. Nesse livro, Galton buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. A eugenia aparece como uma espécie de síntese das duas teorias anteriores, afirmando a potência do branco para intervir na sua raça e nas outras raças afim de acelerar o processo civilizatório, eliminar criminosos, doentes, perversos e feios (sempre associada à fenótipos não-brancos) afim de produzir através da ciência e da tecnologia um “humano” melhor.

Independente da corrente, todas essas teorias estavam baseadas em técnicas de análise reconhecidas como altamente científicas, ou seja, com objetivos de ordenar, separar, classificar de forma racional as diferenças humanas. Eram utilizadas a frenologia e da antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. Simultaneamente, uma nova craniologia técnica, que incluía a medição do índice cefálico (desenvolvida pelo antropólogo suíço Andrés Ratzius em meados do século XIX), facilitou o desenvolvimento de estudos quantitativos sobre as variedades do cérebro humano.

Antropólogas contemporâneas como Anne Macclintock e a própria Lilia S. apontam como que é também nesta época que a ciência vai se tornando fonte de entretenimento para o grande público, e em especial a noção de raça passa a ser espetacularizada, sendo difundida por meio dos museus e da exposição de elementos “exóticos”, seja através da cultura material, seja através da exposição de indivíduos indígenas e africanos para a elite europeia, como no conhecido caso da Saartjie Baartman, mulher africana do povo khoisan levada como objeto de espetáculo para a Europa e que ficou conhecida como Venus de Hotentote. Além disso, a fixação desta ideia foi feita através de imagens como estas, que reforçavam no imaginário popular a hierarquia das raças.

Bom, voltando ao Brasil, os cientistas tiveram que lidar com o fato de que a população brasileira era miscigenada. Diferente de outros países colonizados, a prática do estupro de mulheres indígenas e africanas era comum, gerando com o tempo um grande contingente de pessoas mestiças. Frente às teorias estrangeiras, aceitas amplamente, a solução original para dar conta a degeneração da mistura foi o engajamento de cientistas em solucionar este problema, agravado pela abolição da escravatura em 1888. A tese do branqueamento começa a tomar corpo nesta época, partindo de médicos como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Renato Kehl. Este último foi fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, da qual fizeram parte pessoas como Arnaldo Vieira de Carvalho (Dr. Arnaldo), Olavo Bilac, Vital Brazil, Arthur Neiva, Monteiro Lobato. Lilia demonstra que invariavelmente os patronos da ciência nacional estavam atrelados à pesquisas sobre miscigenação, o que significava o enfrentamento do problema do indígena e do negro sempre por

vias civilizatórias, eugenicistas. Como maior resultado das pesquisas desenvolvidas por esses cientistas, temos por exemplo a lei da imigração de 1890 e suas atualizações nas primeiras décadas do século XX, que restringia a entrada no Brasil apenas a europeus ocidentais, excluindo terminantemente a entrada de africanos e dificultando a entrada de asiáticos, em especial chineses. Na mesma época houveram projetos que não foram bem sucedidos, mas que tiveram ampla aderência do corpo jurídico e científico brasileiro, como por exemplo a extradição à África das pessoas negras escravizadas e agora libertas.

É interessante notar que neste período o Brasil passa a afirmar-se como um local de acomodação de contradições: na esfera da ciência, do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a idéia de que a humanidade era una. Por consequência, na esfera da política afirmava-se algo que reaparece hoje nos discursos oficiais, uma ideologia que tenta estabelecer um “liberalismo conservador” onde conceito de liberdade aparecia condicionado à noção de ordem e o conceito de igualdade é relativizado e atrelado à raça ou cor. Este liberalismo conservador é o fundo ideológico que permitiu uma crença na pacificação social através do mercado. Ou seja, o suposto livre mercado, a partir de demandas, equalizaria a desigualdade. Desta forma, a pobreza foi aos poucos tornando-se mercado, e os pobres, consumidores. É importante ressaltar que essa ideologia baseia-se em pressupostos idealistas, sem nenhuma base material, uma vez que o que pudemos assistir nos últimos séculos foi o aumento drástico da acumulação de riquezas. Em 2017, 82% da riqueza do mundo estavam na mão dos 1% mais ricos do mundo.

Em 1930, o antropólogo Gilberto Freyre inaugura nosso terceiro mito, o da democracia racial., que passou a vigorar como uma espécie de ideologia não oficial do Estado, mantida acima das clivagens de raça e classe e dos conflitos sociais que se precipitam na época. Foi construída e estimulada a imagem da convivência racial pacífica, cunhada por Freyre, que aparece desenhada no

Zé Carioca de Disney, no Carnaval exportado pelas grandes agências de turismo, na imagem do malandro que cada vez mais se distancia da realidade. É essa representação mestiça do país que de negativa se transforma em exótica, de científica se modifica em espetáculo. Não é à toa que nos cartões-postais o Brasil é ainda apresentado como um país multicolor. A cor passa a ser preocupação do ministério da cultura, não o da economia ou da cidadania. Junto com o autoritarismo da época o mito da democracia racial se firmou, progressivamente, como uma imposição política: a proibição social, ou até institucional, de se falar em racismo e preconceito racial.

A escolha deliberada pelo apoio estatal, jurídico e científico pelo silenciamento das questões de raça no Brasil foi se aprofundando com o passar no século XX e com o estabelecimento de governos cada vez mais autoritários. As representações a respeito das relações raciais no Brasil, elaboradas na primeira metade deste século, particularmente aquelas sobre o caráter harmonioso e não-conflitivo dessas relações (Freyre, 1933; Pierson, 1942; Tannenbaum, 1946) só começam a ser desmontadas no campo das Ciências Sociais na década de 1950. Foi no início desta década que a UNESCO, então empenhada em refutar os dogmas racistas que haviam culminado no nazismo, patrocinou um conjunto de pesquisas sobre esse tema, destacando a situação do Brasil. A intenção original desses estudos era a de poder transmitir para o resto do mundo a receita brasileira de relações raciais harmoniosas. O resultado dos mesmos não confirmou as expectativas originais; pelo contrário, a auto-imagem e idealizações raciais do Brasil sofreram danos de não pouca monta. Foram produzidas amplas documentações confirmando a existência de preconceitos e discriminação racial. Pela primeira vez na história dos estudos sobre o negro e as relações raciais no Brasil, a produção acadêmica desmentia frontalmente o mito da democracia racial. O trabalho, inicialmente patrocinado pela UNESCO, teve seqüência nos anos 50 e 60 com as pesquisas da chamada escola paulista de relações raciais, desenvolvida, entre outros, por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

Com o golpe militar em 1964, a situação novamente se reverte e o tema racial passou a ser definido como questão de "segurança nacional". Em 1969, as aposentadorias

compulsórias atingiram os pesquisadores brasileiros. Além disso, houve a falta de dados: por "motivos técnicos" a pergunta sobre cor foi eliminada do censo demográfico de 1970. O mito do branqueamento seguia, e segue, muito forte em nossa sociedade. Pesquisas apontam que entre as décadas de 1950 e 1980 nos censos nacionais houve uma reacomodação em termos de cor: #8% das pessoas que se classificavam como negras passaram a se autot classificar como pardas.

Foi somente a partir do processo de redemocratização e das lutas sociais presentes na composição da constituição de 1988 que as questões raciais voltam ao debate público. É na década de 90 do século 20 que pela primeira vez um presidente reconhece o racismo brasileiro e começa a implantar políticas públicas de reparação, que só ganham corpo durante nas últimas décadas, como por exemplo na adoção de cotas raciais nas universidades públicas. Como afirma o pensador indígena Ailton Krenak, o Brasil segue sendo sociedade atrasada em se perceber como plural, uma sociedade retardada que durante quase todo século xx legislou que grandes grupos de pessoas teriam que evoluir quase que biologicamente para ter acesso a plenos direitos humanos. Uma sociedade que até a constituição de 1988 descrevia no código civil os indígenas, mulheres e pessoas consideradas loucas como relativamente capazes. Aliás, até 88 indígena era uma categoria jurídica de transição, sem cidadania plena, visto a certeza científica de que em pouco tempo se integrariam, isto é, desapareceriam como cultura.

O branqueamento no brasil segue a pleno vigor. A antropóloga espanhola Emilia Sanabria apresenta o resultado de sua etnografia no Brasil no artigo “Entre saúde e aprimoramento: a engenharia do corpo por meio de cirurgias plásticas e terapias hormonais no Brasil”, demonstrando como a prática corriqueira de famílias de classe média alta e alta em presentear suas filhas aos quinze anos com cirurgias plásticas no nariz revela uma produção de corpo perpassado por: raça, uma vez que a cirurgia tem por objetivo afinar os traços, aproximando de um fenótipo idealmente branco; gênero, por torna a menina potencialmente mais desejável; e classe, uma vez que marca uma distinção entre as meninas que tem poder aquisitivo para realizar tal cirurgia e as que não tem.

Bom, vim aqui hoje falar sobre ética na ciência, mais especificamente na gestão de dados genômicos. Depois dessa longa exposição, gostaria de definir o que entendo por ética: ética é aquilo que nos permite estranhar o mundo, é rever constantemente a moral que nos orienta, ser insatisfeito e acolher a interpelação do intruso, do diferente, especialmente quando este não intervém em nossas vidas a partir de uma posição de maior poder. Li para essa fala um paper muito interessante de um grupo de cientistas uruguaios que trabalham em um projeto chamado Identidade e Genética, que busca o mapeamento de hereditariedade do povo uruaio. Na equipe está um antropólogo, que aponta algo que gostaria de frisar aqui: para a maioria dos cientistas que ele trabalhou junto, discutir ética se restringe a uma comoda conversa sobre legislação e uso de dados, passando longe de perguntas que realmente importam: pra que fazemos o que fazemos? Como e com quem fazemos o que fazemos?

Levantar essas questões nos impele a pensar sobre nossa responsabilidade como herdeiros dessa história que acabo de contar. E levar essa história a sério. Olhar para essa história e colocar esses Homens da Ciência como pessoas que estavam embebedas pelo “espírito do tempo” deles é uma atitude extremamente irresponsável. Eles não eram inocentes, eles sabiam o que fazendo. E na mesma época que eles estavam produzindo, haviam outros intelectuais produzindo conhecimentos que invalidavam e denunciavam a violência de toda essa ciência desenvolvida. Como por exemplo o antropólogo Firmin, que produziu uma tese muito rigorosa chamada “ da igualdade das raças”, dialogando com gobino, ou a pensadora brasileira Maria Lacerda de Moura, que em 1930 defendia as mulheres das pesquisas que as colocavam dentre do rol dos degenerados. Falar que esses cientistas apenas reproduziam o espírito do tempo dele serve muito mais como calmante para nós mesmos, como que nos perdoando antecipadamente pelos pecados que vamos cometer em nome do desenvolvimento, do progresso ou da ciencia.

Gostaria de encerrar minha fala com um convite para que todos nós não nos desfaçamos rápido tropeçemos nos próprios pés encontrando uma solução final, queimando no fogo a genética como pesquisa e técnica ou ignorarmos hipocritamente essa história violenta, eugênica e genocida. Somos

herdeiras e herdeiros desta história, nascemos desta lama eugênica, então a pergunta que quero deixar é: como podemos nos responsabilizar por essa herança?

A pessoa que foi democraticamente eleita para chefiar o executivo disto que chamamos Brasil já declarou inúmeras vezes seu desprezo pelos povos tradicionais que coabitam conosco essa ficção, impondo para indígenas, quilombolas, ribeirinhos uma condição de sub-humanidade primeiro em sua fala e agora com uma retomada de políticas públicas de extermínio, as quais como cientistas temos a obrigação de denunciar e de nos negarmos fortemente a participar. Como vamos nos responsabilizar pelo uso de dados genômicos neste cenário? A gravidade realidade não nos permite o conforto da ingenuidade, pois como afirma a pessoa que está como ministro da economia, o mercado não se importa com a política, e ele próprio odeia os pobres. O mercado se importa com o dinheiro, com o lucro. O mercado e o estado neofascista são irmãos e não inimigos.

Movimentos muito importantes estão acontecendo agora, como o chamado ressurgimento de povos indígenas que até pouco tempo foram considerados extintos através de critérios como perda da língua materna, justificativa para que no passado o estado tomasse as terras que pertenciam a esses grupos. Lembrando: não estou aqui para atacar nenhuma tecnologia. Outras conquistas estão se dando graças a boas alianças, como por exemplo entre geneticistas, arqueólogos, demógrafos e indígenas que está revendo o retrato do genocídio indígena no Brasil. Hoje já é consenso que a estimativa de 9 milhões de indígenas no Brasil quando os portugueses chegaram está longe da realidade, sendo que pelas novas comprovações científicas só na Amazônia teriam cerca de 12 milhões de indígenas. Mas no cenário que estamos, um cenário de ataque frontal às populações indígenas, ataque frontal às universidades e a recente diversidade que começou ter direito a educação superior, como um banco de dados genômicos poderia ser usado por um governo neofascista? Não podemos cair na ingenuidade de achar que quem está no comando dos três poderes nacionais é só burro ou maluco, eles, como busquei demonstrar, tem uma base filosófica antiga e poderosa que está enraizada no nosso senso comum. Não é por burrice ou ingenuidade que Mourão, vice presidente, já disse coisas do tipo “Meu neto é um cara bonito, viu ali?”

branqueamento da raça” e que o “caldinho cultural” do Brasil inclui a “indolência” dos povos indígenas e a “malandragem” dos negros africanos.

Não há resposta fácil para essas questões, mas existem limites que não são negociáveis. Um deles é não reduzir nenhuma vida humana a condições que impeçam esta vida de ser vivida em sua plenitude, e espero que todas e todos aqui concordem com isso. Se é assim, devemos ter firmeza e coragem para experimentar modos de produzir ciências que não ignorem esse limite com vistas à possíveis e imateriais benefícios futuros, mas que considerem desde a delimitação da pergunta a ser perseguida todas e todos que de alguma maneira estão sendo afetados, e que faça isso na plenitude de sua humanidade, isso é, considerando a capacidade de análise crítica, criatividade, saberes empíricos. Quem sabe abrindo possibilidades de co-construção do saber desde o instante 0 da pesquisa e não somente com estágios avançados ou como simples usuários possamos talvez nos responsabilizar e parar de, por comodidade e medo, pagar tributos e repetir silenciosamente os ensinamentos das cabeças de mármore que repousam triunfantes na frente dos institutos de pesquisa que frequentamos.

Como comecei com arte, terminarei com arte. Apresento aqui duas obras do artista plástico Denilson Baniwa. Vemos jovens adolescentes indígenas utilizando recursos tecnológicos tipicamente brancos para fazer com que sua voz seja ouvida, e virando contra nós mesmos a lente que sempre apontamos para eles. Sei que o caminho é angustiante, que o problema parece muito maior do que nós. Grada Kilomba escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa propõe para nós um caminho, e esse caminho passa por cinco palavras – *negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação*.

Não há bioética possível que seja base para qualquer garantia de segurança a não uma bioética que fomente uma política de reparação.

Muito Obrigada.

Clarissa Reche, 15 de fevereiro de 2020.